ATA DA 106ª REUNIÃO DO CONSELHO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO – CEPHA, DE 24/11/98

Aos 24 dias do mês de novembro de 1998, reuniu-se na sala do Diretor Geral da Secretaria de Estado da Cultura o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA- da Secretaria de Estado da Cultura com as presenças do Sr. Diretor Geral da Secretaria de Estado da Cultura, Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro, da Coordenadora do Patrimônio Cultural da SEEC, Maria Luiza Marques Dias, da Curadora do Patrimônio Histórico e Artístico da SEEC, Rosina Coeli Alice Parchen, e dos Conselheiros Ana Cleide Cesário, Conceição Aparecida Duarte Geraldo, Erneldo Schallenberg, Fernando Popp, Key Imaguire Jr., Franklin Galvão, Maria Lambros Comminos, Paulo Sidnei Carneiro Ferraz, Sérgio Augusto Leoni, Zulmara Clara Sauner Posse, e dos seguintes convidados: o Superintendente Regional da 10ª SR IPHAN-PR, José La Pastina Filho, a representante da Fundação Cultural de Curitiba, Oksana Boruszenko, e a representante da Universidade Federal do Paraná, Profª Ana Maria Bonin. A reunião foi aberta pela Secretária de Estado da Cultura e Presidente do CEPHA, Lúcia Maria Glück Camargo, que saudou os presentes e passou a presidência dos trabalhos ao Diretor Geral da SEEC, Celso Gomes Carneiro, o qual, dando continuidade aos trabalhos propôs aos presentes a seqüência da pauta. Em atendimento aos itens 1, 2, 3 e 4 da pauta, foram entregues as pastas aos conselheiros, contendo cópias da Lei n.º 1.211, do Regimento do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, das Atas da reuniões anteriores e os respectivos decretos de nomeação dos conselheiros, assinados pelo Governador do Estado do Paraná e pela Secretária de Estado da Cultura. A Sra. Secretária sugeriu que a leitura das atas fosse feita individualmente e a sugestão foi aceita por todos. Nada havendo a comentar, as atas foram aprovadas sendo com isso vencido o 3º item da pauta. Na seqüência, o Presidente passou ao 4º item da pauta que se referia ao Acervo do Museu David Carneiro, fazendo um breve histórico e passando a palavra ao Arquiteto José La Pastina Filho, representante do IPHAN, que agradeceu o convite feito e expôs a situação que se arrasta há muitos anos, envolvendo muitas pessoas, que se empenharam para que o referido acervo permanecesse no Paraná, entre elas Sérgio Leoni, Celso Carneiro e Rosina Parchen. Muitas lutas foram feitas para a criação do Museu da Revolução Federalista. Pessoas da Lapa cederam peças para a constituição de um Museu da Revolução da Lapa e, na década de 50, o Prof. David Carneiro incorporou esse acervo ao do seu Museu. Na década de 80, foram iniciadas as gestões para a constituição física do edifício, na Lapa, com a restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia, na gestão do

Assu

então prefeito Sérgio Leoni. Foi feito um Termo de Intenção entre o IPHAN (para o projeto museográfico), o Estado (para execução), a Prefeitura da Lapa (para gestionar a implantação) e o Prof. David Carneiro (para devolução do acervo). Seguiu-se a isso a intenção do Prof. David de vender o acervo. Nessa época os bens imóveis já estavam penhorados ao Banco do Brasil para pagamento de uma dívida de alto valor. Em 1988 a Secretaria de Estado da Cultura nomeou uma comissão no âmbito do Conselho, com vistas a tentar solucionar o problema do acervo: elencaram-se alternativas para negociação com o Banco do Brasil e conseguiu-se um prazo para a execução da dívida. No fim de sua vida, o Prof. David já não tinha mais condições de cuidar do acervo. Com o seu falecimento, e do seu filho Fernando Carneiro, o inventariante passou a ser o Sr. David Carneiro Filho. Foi feita uma avaliação do acervo pelo Prof. Igor Chymz da UFPR, que ficou em US\$ 4 milhões. Foram feitas propostas de venda do acervo ao Estado e à União, não sendo efetivadas por ser o valor muito alto; na gestão do prefeito Rafael Greca de Macedo, a Prefeitura de Curitiba construiu o Memorial da Cidade e tentou, junto ao Governo Federal, levantar a quantia de US\$ 3 milhões para compra do acervo. Nessa ocasião, o Arq. La Pastina fez um parecer informando que a coleção tombada pelo Governo federal em 1940 era a que estava referida em um catálogo público logo após o tombamento pelo Ministério da Educação e Saúde. Nessa época o que se pensou foi: restaurar o Museu Histórico da Lapa e para lá levar o acervo da cidade; retornar à Paranaguá, o marco zero da Estrada de Ferro e a coluna superior do Pelourinho cuja base está naquela cidade; o material referente às Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul retornar ao seu local de origem; e o material arqueológico ficar no Paraná, sob a guarda do IPHAN. O acervo tombado restante não poderia ser atomizado, podendo ser vendido desde que separado por coleções temáticas. Essa proposição não foi adiante e parte do acervo foi encaminhada para leilão em São Paulo, leilão esse que foi divulgado pelo escritório de arte responsável pelo evento, tendo sido objeto de uma reportagem divulgada no jornal "Folha de São Paulo". O Arq. La Pastina foi avisado sobre o leilão e acionou a 9ª SR do IPHAN em São Paulo pois o órgão não poderia permitir esse leilão. A 9ª SR IPHAN-SP embargou extrajudicialmente o leilão e a própria leiloeira, Dagmar Saboya, foi designada pelo juiz como fiel depositária, ficando o acervo mal acondicionado; foi quando a 10ª SR IPHAN-PR e a Secretaria de Estado da Cultura viabilizaram o seu retorno para o Paraná, terminando por ser designado o Arq. José La Pastina como fiel depositário do acervo guardado em Curitiba. Na seqüência, por força de uma auditoria operacional sofrida pelo IPHAN, foi possível entrar no Museu e constatar o mau estado em que se encontrava o restante do acervo, sendo que a biblioteca foi vendida e

Juliana P. S. Passos
Instituto Histórico

está comercializada pelos "sebos" de Curitiba. Nesse meio tempo, a família contratou uma empresa para elaborar projeto de captação de recursos para permitir a aquisição da parte do acervo que está sob guarda do IPHAN, concordando que o que é da Lapa voltasse para a Lapa. O Arquiteto La Pastina afirmou que a empresa vem encontrando dificuldades para a captação dos recursos e é importante, e é nossa missão, restaurar o Museu da Lapa e encontrar um local para a guarda provisória do remanescente do acervo que está ainda no imóvel do antigo Museu. É preciso, no entanto, inventariar o que há para separar, o que é tombado, procurando inicialmente resgatar o Livro-Tombo que deve estar no Museu.

O presidente agradeceu a exposição feita pelo Arq. La Pastina e ressaltou que em função da disparidade do acervo é importante que todos os bens estejam arrolados. Sendo assim, o primeiro passo é saber o que está tombado pelo Estado, informado que é importante ouvir a opinião dos senhores conselheiros. Antes disso, porém, a Coordenadora do Patrimônio Cultural da SEEC, Prof^ª Maria Luiza Marques Dias informou que para auxiliar no trato dessa questão foram convidadas, também, as Professoras Oksana Boruszenko, da Fundação Cultural de Curitiba, e Ana Maria Bonin, da UFPR. Em seguida, fazendo uso da palavra, o Conselheiro Sérgio Leoni informou que há 50 anos, quando estudante, foi pesquisar no Museu David Carneiro, e que quando foi prefeito da Lapa pela 1ª vez foi até o Professor David para tentar fazer voltar à Lapa o acervo. A proposta do Professor na época foi a de que a Prefeitura restaurasse o prédio da Casa de Câmara e Cadeia com recursos do IPHAN. A Prefeitura e o IPHAN cumpriram o protocolo; foi quando houve a crise econômica da família Carneiro e então passou a haver o interesse em vender o acervo. Ele tentou ainda, com o Sr. David Carneiro Filho, a possibilidade de copiar os documentos e fotos e mesmo assim não conseguiu. O Arq. La Pastina interveio informando sobre os assaltos ao remanescente do acervo do Museu. A Conselheira Zulmara informou que um consórcio comprou o terreno e o prédio, e que há um prazo para a definição de toda essa situação. O Presidente questionou, ao Conselheiro Sérgio Leoni, sobre a propriedade dos bens que fazem parte do Museu e que havendo intenção de ir à Justiça é preciso, primeiramente, saber quais são os bens que pertenciam à Lapa e então providenciar o seu retorno. O Conselheiro Sérgio Leoni disse ser possível reconhecer, separar e questionar a propriedade junto à Justiça. A Prof^ª Maria Luiza relatou o telefonema que recebeu de um senhor de Apucarana, cujo pai teria doado algumas peças ao Prof. David para serem expostas no Museu e que sabendo pelos jornais da disposição da família em vendê-las pensava em obtê-las de volta, para guarda pela família e para tal questionava sobre a possibilidade disso. A Conselheira Maria Comninos informou que a PUC

7/10/20

também tem interesse no acervo. A Conselheira Ana Cleide perguntou se há listagem dos tombamentos nacional e estadual e o Arq. La Pastina informou que há várias listagens, sendo que o que é tombado é o que se encontra listado no catálogo de 1940, anteriormente mencionado; no entanto, informou, ainda, que em 1969, mesmo constando desse catálogo, o Prof. David vendeu partes do acervo, entre elas a Coleção de Numismática que foi para o exterior. A Prof.^ª Maria Luiza informou que o Estado (Governo Federal e Estadual) está sendo chamado a cumprir a sua obrigação de zelar pelo bem tombado. O Arq. La Pastina informou que uma sala de boas dimensões poderá abrigar todo o acervo. O Sr. Presidente interveio dizendo que há um equívoco no trato da questão: o problema não é o local, é a solução; a avaliação é alta e é necessário primeiro saber qual é o acervo tombado e, em segundo lugar, de quem é o acervo sob proteção; se do ponto de vista do IPHAN o que está tombado é o da relação de 1940; o que é de propriedade particular e o que não é. Perguntou, então, se já se dispõe dessa lista. O Arq. La Pastina respondeu que não. O presidente disse, então, que o Conselho deveria opinar sobre o que é tombado. O Arq. La Pastina opinou que é preciso preservar o remanescente que está em perigo. A Conselheira Ana Cleide disse que se deve partir do pressuposto que, a rigor, tudo é importante e, em seguida, forçar uma estratégia que permita identificar o que é do interesse federal, estadual, e o que deve voltar para cada cidade. O Conselheiro Paulo Sidnei perguntou se há documentação com relação à propriedade dos bens. O Conselheiro Sérgio Leoni perguntou se já houve contato com familiares. O arq. La Pastina respondeu que no momento os contatos são feitos só por via dos advogados. O Conselheiro Sérgio disse que o mais urgente é evitar que se roubem as peças e que, nesse sentido, poderá gestionar e tem facilidade com o Exército para guardar as peças na Unidade Militar da Lapa, ficando fiel depositário dos mesmos, pois o valor é estimativo e histórico, e não comercial. O Conselheiro Key Imaguire Jr. sugeriu que o Museu Paranaense fique como fiel depositário, e a guarda das peças fique na Lapa. Foi informado, então, que a lei prevê que o fiel depositário deve ser uma pessoa física. A Conselheira Ana Cleide considerou a sugestão do Conselheiro Sérgio muito pertinente e que todo o acervo deveria ir para a Lapa, como medida de salvamento e para catalogação. O Conselheiro Franklin Galvão disse que é importante verificar a legalidade da propriedade do acervo. O Sr. Presidente propôs que seja feito um rol das peças de interesse para o tombamento pelo Estado. O Arq. La Pastina informou que há peças que foram incorporadas ao acervo após o tombamento. O Sr. Presidente declarou que, uma vez obtido o local, a Prefeitura Municipal de Curitiba, o IPHAN e a SEEC deveriam unir esforços para embalar e transportar as peças, após um trabalho preliminar de classificação. A

Conselheira Ana Cleide informou que o Centro de Ciências Humanas da UEL (Universidade Estadual de Londrina) poderá colaborar com técnicos e alunos nesse trabalho. A Prof^a. Ana Maria da UFPR, lamentando, informou que a UFPR tem um corpo técnico restrito e já está trabalhando na formação do Museu de Paranaguá e, portanto, não tem condições de auxiliar. A Prof^a. Zulmara observou que o acervo tem uma coleção fotográfica e documental do século XIX muito importante. O Sr. Presidente reafirmou a necessidade de fixar uma lista estabelecendo o rol dos bens tombados. O Arq. La Pastina explicou que isso é importante, pois o IPHAN corre o risco de ser processado por exacerbar a sua função que é de proteção dos bens tombados e que, com relação ao acervo, é necessário fichar, embalar e guardar as peças em algum lugar seguro. Em outro momento será feita a qualificação dos bens e sua valoração. O Sr. Presidente declarou que, para a etapa de classificação, compromete-se pela SEEC a colocar 4 técnicos; se o IPHAN colocar 02 técnicos, a UEL entrar com a parte de técnicos e/ou estudantes, e a Fundação Cultural de Curitiba também podendo colocar alguém, a tarefa será mais facilmente executada. O Conselho poderá, então, recomendar a classificação e reconhecimento do acervo e o IPHAN se encarregará de conversar com os proprietários do imóvel, pedindo um prazo. Resumindo: a recomendação foi de que primeiramente seja feito um levantamento inicial, com classificação e estado de conservação das peças pela equipe da SEEC/IPHAN/FCC/UEL; em seguida, os bens que ora se encontram no prédio do museu sejam removidos para local seguro, sob a guarda de um depositário idôneo, sendo que o Conselheiro Sérgio Leoni se propõe a desempenhar este papel; e, por último, uma vez no seu destino, o acervo seja objeto de um levantamento detalhado com o intuito de verificar a procedência e grau de proteção requeridos. Este conjunto de medidas deverá contar com a expressa anuência da família e do CEPHA. Passou-se, então, ao quinto item da pauta que trata dos processos de tombamento, sendo que 8 processos estão instruídos à disposição dos senhores conselheiros para serem examinados, caso assim o queiram. Inicialmente tratou-se do processo de tombamento de Igreja de Rito Ucrânio Católico de Antonio Olinto, para o qual foi pedido à Conselheira Zulmara que fizesse um breve relato. A conselheira informou que teve acesso prévio ao processo e considera que mais que um marco de arquitetura, a Igreja é um símbolo de uma comunidade: iniciou-se com uma grande cruz que foi plantada e logo começou a florescer e é hoje uma grande árvore. A construção do altar foi possível graças a doação das alianças da comunidade e conseguiu-se, ainda, sensibilizar as mulheres para doar seus colares de coral para que fosse feito o quadro de Nossa Senhora dos Corais, que é uma relíquia da imigração ucraniana no Paraná; contava, inicialmente, com 5 sinos, sendo que

hoje restam apenas 3, pois um foi roubado e outro foi entregue a outra Igreja menor; mas os 3 que existem são suficientes. A Prof^a. Oksana fez um breve relato sobre a instalação da Igreja, o qual o Sr. Presidente pediu que fosse transcrito em ata, solicitando que a Professora Oksana enviasse, por escrito, o seu depoimento, que vai abaixo transcrito:

“A profunda religiosidade, arraigada às tradições ucranianas, acompanhou os contingentes emigrados para a América desde o início de sua instalação em terras brasileiras, aspiravam os colonos por um guia espiritual do rito bizantino para orientação de suas comunidades.

No caso específico da Colônia Antonio Olinto, criada em 1896 ao sul do Paraná, os ucranianos foram atendidos inicialmente por padre polonês do rito latino, após sua morte, por padres missionários ucranianos do rito bizantino itinerantes vindos de colônias como a de Iracema e Rio Claro.

Por sugestão dos padres missionários os colonos passaram a construir uma pequena igreja, porém com a chegada do Pároco João Michalczuk em 1911, enviado da Ucrânia a mesma foi remodelada, aproveitando-se apenas parte das fundações e construindo-se uma igreja bem maior em estilo bizantino, com interior todo pintado com cenas bíblicas tanto nas paredes laterais, quanto nas cúpulas, sendo concluída em 1913.

O temperamento carismático do pároco, envolvia a comunidade que o acompanhava em seu comportamento de exaltação à figura divina e a corte celestial, tanto que foi arquiteto desta igreja em estilo bizantino que impressionava até viajantes europeus como Karmonski Kutz, entre outros já no final da década.

O padre Michalczuk animado com a crescente atitude de assentimento da comunidade às suas ações passou a recolher de seus paroquianos os colares de coral tão representativos para etnia ucraniana e demais adereços que contivessem ouro, prata e pedrarias. Com este material mandou especialistas (irmãs da Sagrada Família) “vestirem” o ícone de Nossa Senhora Imaculada Conceição que passou a ser conhecida como Nossa Senhora dos Corais, padroeira da Igreja de Antonio Olinto.

Assim trata-se de um dos mais belos exemplos de arquitetura religiosa bizantina no Paraná, bem como uma das primeiras construídas pelos ucranianos neste Estado.”

Terminou a sua exposição dizendo que achava bastante justo que fosse feito o seu tombamento. O Sr. Presidente solicitou que se faça menção, no registro do livro do tomo, sobre a cruz que se transformou em árvore.

O Sr. Presidente comunicou, então, que o próximo processo é sobre o tombamento do Passeio Público. A Prof^a Maria Luiza fez um breve relato do mesmo, informando que a Coordenadoria do Patrimônio Cultural foi

procurada pelos administradores do Passeio que queriam saber as implicações do tombamento e observando que existem projetos que estão sendo elaborados, tais como um Plano de Manejo e obras de remanejamento que deverão ser feitas, plano esse que foi elaborado por uma equipe da UFPR (Curso de Engenharia Florestal). Naquela ocasião, a professora informou aos administradores que o tombamento foi solicitado pelo Procurador de Justiça, Dr. Saint Clair Honorato Santos, para evitar a incorporação de áreas desse logradouro ao crescimento da cidade, e que o seu tombamento não iria inviabilizar obras de remanejamento e melhorias, apenas que, a partir desse ato, as mesmas deveriam ser submetidas à prévia avaliação e aprovação pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural, em conformidade com o que reza a Lei 1.211. Dessa forma se garante a preservação do logradouro sem que se inviabilizem as melhorias. O Professor Franklin (que é Doutor em Engenharia Florestal e Professor do Curso de Engenharia Florestal da UFPR), reforçando a importância da área do Passeio Público, relatou que cada vez que volta ao Passeio Público faz uma leitura diferente. Numa dessas leituras, no passado, identificou que ele tem características de vegetalidade com grande importância embora não seja a predominante na região. Afirmou ainda que seguramente o Passeio Público teria sido uma "floresta de galeria" (Rio Belém). Hoje, embora não tenha características naturais, tem representantes da flora regional e brasileira, constituindo-se num Jardim Botânico e, como tal, tem importante função pedagógica; infelizmente, as plantas morrem e então é preciso aceitar as modificações que se impõem por essa alternância. A Coordenadora do Patrimônio, Prof^a Maria Luiza, informou que, ainda na reunião que houve entre os administradores do Passeio Público, SMMA e a CPC/SEEC, foi informada que em função do estudo elaborado pelos profissionais do Curso de Engenharia Florestal da UFPR, foram identificadas várias espécies já mortas ou em processo de envelhecimento, e doenças, e que o Plano de Manejo e melhorias previam, entre outros: a retirada de muitas árvores nessas condições, o replantio de outras, a relocação de algumas áreas de pássaros e a transformação do Ofidário em coreto, para a qual a edificação foi originalmente concebida. Como consequência, uma nova construção será feita para abrigar o Ofidário que é uma das áreas mais visitadas, e que se procurará integrá-lo da melhor maneira à paisagem do local. O Professor Franklin se dispôs a conseguir parte do trabalho feito, principalmente os volumes que tratam da situação e o de propostas, para compor o processo de tombamento e questionou o dado que se refere à área do Passeio Público e que, segundo ele, seria superdimensionado, sugerindo, então, o Sr. Presidente que fosse feita uma poligonal exata de delimitação da área para esclarecimento dessa questão. O Sr. Presidente falou ainda que por ser um

tombamento de uma grande área de uso diversificado, sempre acaba recaindo sobre os Curadores a definição de uso das áreas, e que estabelecer normas, nestes casos, é bastante complexo. Sugeriu, então, que a inscrição no Livro do Tombo fosse feita com recomendações genéricas e com atenção ao que é relevante para a proteção da área. O Conselheiro Arquiteto Fernando Popp observou que deveria ser anotado o que é marcante no Passeio Público e que nesse caso poderia indicar, por exemplo, os plátanos e as construções relevantes como as pontes. O Conselheiro Professor Franklin concordou, dizendo que isto se manifesta como a fisionomia do Passeio. O Sr. Presidente reforçou a necessidade de explicitar os marcos definidores da paisagem da área. O Conselheiro Arquiteto Key Imaguire Jr. comentou que essa paisagem remete aos jardins históricos do Brasil. Para encerrar este tópico, o Sr. Presidente disse que, levando em conta as observações dos conselheiros, considera-se o Passeio Público tombado.

Passou-se, então, à análise do próximo processo de tombamento que é o do Cine Teatro Ouro Verde em Londrina, com a leitura do resumo histórico pela Prof^a Maria Luiza. A Conselheira Ana Cleide informou, então, que conversou com o Prof. Jorge Cernev, historiador que acompanhou até a inauguração do cinema e relatou que, segundo o Arq. Jorge Marão, as intervenções recentes não comprometem nem a arquitetura nem a acústica; que, quando Artigas projetou o cinema, passava da influência de Frank Loyd Right para a de Le Corbusier. Em sua opinião é um complexo interessante, já incorporado ao cotidiano dos londrinenses, e que poderia haver, novamente, a comunicação entre os dois edifícios, pois a UEL realiza ali dois grandes festivais nas áreas de Música e Teatro, anualmente. Indagou como seriam as normas de entorno do Autolon, que foi construído num momento em que o cinema entrava na vida das famílias; que a projeção da marquise atraía as pessoas para dentro da sala. Declarando ser favorável à idéia de utilização do conjunto, acrescentou que nos anos 50, em Londrina, houve uma grande influência de Prestes Maia e de Artigas na arquitetura urbana. A Conselheira Conceição informou que os proprietários do Autolon são favoráveis ao tombamento e que só um dos construtores ainda é vivo. Recordou que o cinema foi um sucesso desde o começo porque polarizava a região, mencionando inclusive as poltronas reclináveis, da fábrica Móveis Cimo. A Conselheira Ana Cleide retomou a palavra para informar sobre a necessidade de solucionar problemas existentes nos camarins e apontou, ainda, duas recomendações: fazer a memória do prédio, com pesquisas junto ao IPAC e ao Museu Histórico, e para o retorno dos filmes de bilheteria, aproveitando a pluralidade de uso, que não pode ser perdida, contribuindo, assim, para uma maior frequência. Concluindo, manifestou-se pelo início do tombamento do Autolon para a proteção do

conjunto. Após essas colocações o Cine Teatro Ouro Verde foi considerado tombado.

Dando prosseguimento à pauta, foram apresentados para discussão os processos para o tombamento da Casa Elfrida Lobo e da Antiga Alfândega, em Paranaguá, da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Antonina, e do Conjunto de Edifícios da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, composto também pela capela, espaço urbano, jardins e pátio. Conforme análise da Prof^a Maria Luiza, deverão ser feitas intervenções, do ponto de vista de segurança, e mantidas as ligações de uso entre os edifícios. O Presidente do Conselho, Celso Carneiro, considerando as observações favoráveis dos presentes, declarou aprovados os tombamentos. A seguir, a Secretária Executiva do Conselho, Prof^a Maria Luiza, submeteu à análise dos conselheiros o processo para tombamento da Antiga Sede da Prefeitura de São João do Triunfo, apresentando o histórico do imóvel. A Conselheira Ana Cleide manifestou-se pelo tombamento para atender aos anseios da comunidade. O Conselheiro Fernando Popp apontou para a necessidade de se levar em consideração o interesse do município no tombamento. O Conselheiro Sérgio Leoni manifestou-se, também, discorrendo sobre a importância do tombamento para a cidade, observando que o mesmo criará estima, trazendo renovação ao espírito cultural da cidade; que não seja focado apenas o valor arquitetônico do imóvel, mas que é preciso dar para a cidade o "status", o motivo de orgulho. Na opinião da Conselheira Ana Cleide, é notabilizar o que não é notável. Retomando a palavra, o Conselheiro Sérgio Leoni acrescentou que o horizonte cultural de uma cidade pequena é muito restrito. O Presidente do Conselho, considerando estarem todos de acordo com o tombamento da Antiga Sede da Prefeitura de São João do Triunfo, passou ao 6º item da pauta, relatado, então, pela Prof^a Maria Luiza, referente aos processos de tombamento do Conjunto das Estações Ferroviárias e Anexos, de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora, Castro, Marques dos Reis, Jaguariaíva, e do Bairro da Estação, em Piraquara; da Ponte Metálica – Rio Negro/Mafra e da Estação União – União da Vitória/Porto União; da Casa Ipiranga, dos Centros Históricos de Morretes e Guaira, do Grupo Escolar Izabel Branco e da Fábrica Matarazzo, em Jaguariaíva. O Conselheiro Paulo Sidnei informou que não houve preocupação em preservar os imóveis; que somente 25 pessoas estão envolvidas no trabalho de controlar as estações entre Santa Catarina, Paraná e Ourinhos, considerando que é uma tentativa de recuperar o tempo perdido, buscando, agora, parceiros para a preservação. O Conselheiro Sérgio Leoni pediu um aparte para encaminhar o pedido de tombamento da Estação da Lapa. Retomando a palavra, o Dr. Paulo Sidnei mencionou a possibilidade de

contar com a ABPF (Associação Brasileira para a Preservação Ferroviária) como parceira. Quanto às prefeituras, sugere o exemplo da iniciativa da Prefeitura de Castro, que está em negociação para a compra do imóvel com o compromisso de utilizá-lo como Centro Cultural. Em Morretes existe a possibilidade de restauração com apoio da Associação Comercial e Prefeitura. Em Porto de Cima há o convênio com a União de Escoteiros. A empresa concessionária Serra Verde vai transformar a Estação Eng^o Lange em pousada. Informou, ainda, que o Museu Ferroviário de Curitiba será inaugurado no dia 10 de dezembro próximo e, em Paranaguá, a Prefeitura está adquirindo o imóvel que foi a 1^a estação para transformá-lo em Museu e Centro Cultural. A Secretária Executiva, Prof^a Maria Luiza, informou que a Casa Ipiranga tinha tido seu processo arquivado em virtude da destruição total do imóvel por vândalos e que, caso haja interesse na sua reconstrução, todo o levantamento já foi feito, bem como o recolhimento das peças ornamentais em madeira, o que permitirá uma reconstrução muito próxima do original. Não é intenção da Coordenadoria o tombamento de imóveis em estado de ruína e algumas entidades ambientalistas têm procurado a Coordenadoria com interesse na reconstrução e ocupação do imóvel, propostas que estão sendo estudadas em parceria com a Superintendência Regional da RFFSA.

Passou-se, então, ao 7^o item da pauta, a “Proposta de Termo de Cooperação Técnica entre SEEC/CPC, IPHAN, Universidades, Prefeituras, para a proteção do patrimônio arqueológico”, que, conforme relato da Prof^a Maria Luiza, foi um pedido da Secretária da Cultura para que o assunto fosse comunicado ao Conselho. Dando prosseguimento, foi tratado o próximo item, relativo à Situação da Documentação das Comarcas Judiciárias. A Conselheira Zulmara informou sobre a proposta do Arquivo Público quanto à Legislação Federal relativa à documentação do século XIX, de arquivos públicos associados aos atos do executivo, com o objetivo de que cada instância crie os seus próprios arquivos. O Conselheiro Erneldo recomendou que se destine o trabalho às universidades. O Presidente do CEPHA, em exercício, recomendou, então, uma visita ao Tribunal de Justiça para que se proponha uma Comunicação de Alerta, a ser encaminhada às Prefeituras Municipais e às Universidades Estaduais, de competência dos juizes das comarcas, referente a tal documentação. Que a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, e outras entidades aqui representadas – UEPG, PUC, UFPR, UEL e UNIOESTE – formem um grupo de trabalho para analisar os interesses e montar uma sistemática de preservação. Que se estude um projeto pela Lei Rouanet para a preservação desta documentação. As Conselheiras Zulmara e Maria Comninos sugeriram a criação de uma comissão e contatos com o Tribunal de Justiça para propor plano de trabalho e tipos de financiamento. Concluindo os

assuntos da pauta, passou-se às "Comunicações Gerais" e o Dr. Paulo Sidnei mencionou a existência de um acervo de livros da área jurídica com mais de 100 anos e que poderiam ser do interesse da PUC, da UEL e da UNIOESTE. Ficou acertada para a próxima reunião do CEPHA a discussão relativa à consulta ao Governo de Santa Catarina sobre o tombo conjunto dos imóveis da RFFSA que ligam os dois estados - PR/SC . A palavra ficou livre e sem outras colocações, deu-se por encerrada a reunião. Nada mais havendo a constar, eu, Maria Luiza Marques Dias, Secretária Executiva do CEPHA, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros deste Conselho.

Luiz Carlos Strosel
Guilherme Schütz
M. Luiza Marques Dias